

(INTERFERÊNCIA SONORA)

Posso? Como o nosso Superintendente-Geral já se manifestou falando, a gente vem acompanhando esse caso e, inclusive, como aqui a gente não realiza esse tipo de licenciamento, a nossa Superintendência, houve já uma manifestação do Setor de Licenciamento do Inea, ok? A Diretoria de Licenciamento Ambiental que é a parte da (não compreendido), eles se manifestaram falando a respeito principalmente do Projeto Iguçu. Na verdade, duas diretorias já se manifestaram, a Diretoria de Licenciamento Ambiental, onde se manifestou a Gerência de Licenciamento de Recursos Hídricos, e a Diretoria de Recuperação Ambiental também se manifestou. Eu vou passar para vocês primeiramente o que a Gerência de Licenciamento de Recursos Hídricos se manifestou em atendimento à demanda ministerial do Ministério Público Federal, ok? "Que após ampla busca nos acervos internos da Gerência, não foi possível localizar requerimentos de licenciamento para intervenções na localidade denominada Campo do Bomba inerentes ao Projeto Iguçu."

Quanto à Diretoria de Recuperação Ambiental, se manifestaram falando: "Não possui projeto ou atividade relacionada à localidade Campo do Bomba." Ok? É muito falado do Projeto Iguçu, então, eu achei interessante passar isso para vocês. Também, a Gerência de Licenciamento de Recursos Hídricos diz que "na premissa para avaliação de requerimento de licença ambiental de operação LO(?) do empreendimento emitida pelo município foram considerados os impactos ambientais e verificado que versa(?) na Resolução Conema 42/2012 sobre o conceito de impacto ambiental de âmbito local", ok? Já nesse caso, eu tenho que concordar com a Procuradora onde ela diz não há necessidade de um estudo de impacto ambiental em âmbito regional, seria importante, faz-se necessário o estudo ali na região para implementação desse empreendimento. A princípio seria isso o que eu tenho para passar para vocês, as maiores atualizações sobre o caso. Agradeço pela oportunidade.

A SRA. PRESIDENTE (Dani Monteiro) - Agradeço, Isabele, também, pela exposição; agradeço também ao Marcelo e ao Inea pela participação na nossa Audiência Pública.

Chamo agora o próximo convidado, Sr. Alexandre Mendes, da Diretoria de Saneamento Integrado do Rio Metrópole.

Alexandre?

O SR. ALEXANDRE MENDES - Bom-dia a todos. Em nome do Presidente Bernardo Santoro, cumprimento a essa seleta Audiência e a este debate que a gente está conduzindo aqui.

Bom, vou ser bem sucinto, na verdade, a primeira informação é a integração. Eu estou entendendo a complexidade do problema ambiental da região, algumas contribuições já estão em curso para a gente tentar melhorar e com certeza chegaremos a um bom tema em relação a isso. O que está acontecendo, a primeira boa notícia: o marco regulatório e a concessão da Cedae já foi executada, os contratos já estão assinados; e uma feliz coincidência, a concessionária que está na área de duque de Caxias, que é a Águas do Rio, (não compreendido), ela antecipou a entrada de operação individual(?) dela(?).

Então, no edital está previsto uma coexistência entre Cedae e as concessionárias, estariam até maio do próximo ano de 2022 e o grupo Agenersa(?) já obteve autorização do Governo do Estado a antecipação. Então, eles entram em operação individual a partir de 1º de novembro; então, a partir de 1º de novembro todos as obras de pleito para antecipação de metas já serão possíveis de serem levadas ao conhecimento e aplicação efetiva do contrato junto à Agenersa.

Então, por que eu estou falando isso? Eu estou entendendo que a região é uma região complexa com problemas ambientais muito graves, mas que com certeza, passa pela questão de saneamento. Os rios assoreados onde nós temos realmente uma (não compreendido) importante de retenção de água toda a montante; e a proposta que, disposto até aqui, a gente criar um sinergismo entre não só a questão do saneamento que a princípio está tendo só água e esgoto sanitário, mas tem envolvimento direto na problemática dos rios na região da Baixada Fluminense como também a possibilidade de recuperação do aterro "hibernante"?, entre aspas, em Gramacho.

Então, eu acho que não só o levantamento dos problemas, mas a gente está em uma situação em que o sinergismo poderá realizar não só a implementação do novo posto de abastecimento como também integrar e solucionar os passivos ambientais que a gente tem exatamente naquela região. A Professora foi muito feliz com as imagens onde a gente tem o Reduc, tem Jardim Gramacho, Parque do Bomba, tudo dentro da mesma microrregião, não é uma macro, é uma micro, bem identificada(?).

Então, uma proposta é criar um sinergismo entre todos os players dessa situação, inclusive, o Instituto Rio Metrópole estará à disposição, para criar um sinergismo maior para a gente tentar ao invés de não só solucionar um, alguns problemas. Está previsto, está autorizado pelo conselho deliberativo da Região Metropolitana o plano metropolitano de resíduos sólidos onde a grande mudança de paradigma que vai acontecer na Região Metropolitana sobre os resíduos sólidos é que nós não vamos mais direcionar as nossas quase 20 mil toneladas por dia de resíduos sólidos para pagarmos para enterrarmos nos aterros sanitários licenciados.

Então, a nossa intenção é converter todo o resíduo sólido primeiro em base diárias, as 20 mil toneladas e depois recuperar os aterros que estão em operação e os que já estão hibernando para (não compreendido) devolvermos essas áreas. Jardim Gramacho está há alguns metros da Baía de Guanabara, eu o classifico como um dos principais, se não for o principal, contribuidor individual do problema da bacia da Baía de Guanabara.

Bom, então, essa é uma das novidades, só para fechar o comentário, não esquecendo se o projeto for para frente que 3 milhões de metros quadrados tem potencial aqui no nosso Estado do Rio de Janeiro de gerar 750 megawatts de energia solar que poderão ser colocados nos telhados dos galpões, se for o caso. Deputado Waldeck Carneiro, estou aqui a disposição para qualquer tipo de esclarecimento.

Obrigado a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Dani Monteiro) - Obrigada, Sr. Alexandre, agradeço muito a participação e contribuição na nossa Audiência.

Pergunto à Deputada Enfermeira Rejane se quer fazer uso da palavra.

A SRA. ENFERMEIRA REJANE - Eu, Deputada Dani Monteiro?

A SRA. PRESIDENTE (Dani Monteiro) - Sim, Deputada Enfermeira Rejane. Deputado Eliomar Coelho está inscrito também. V. Exa. dispõe de 4 minutos, Deputada Enfermeira Rejane.

A SRA. ENFERMEIRA REJANE - Muito obrigada, Deputada Dani Monteiro, agora presidindo a Audiência, queria saudar também o Deputado Waldeck Carneiro, saudar o nosso decano Deputado Luiz Paulo, saudar o Deputado Eliomar Coelho e todos os Deputados, mas também as autoridades aqui presentes e todos que estão assistindo essa Audiência Pública. Na realidade, é muito importante, Deputada Dani Monteiro que a gente possa debater essa questão do morro do Bumba. Eu escutei atentamente que tem um problema que é um problema social que faz parte da desorganização das nossas autoridades em relação ao nosso povo. Você vê o ordenamento do município, ele não tem um planejamento, nem no município de Caxias, nem aqui no Rio também, porque nós não temos uma política pública de habitação para o nosso povo. Por isso, as pessoas não tendo onde morar, elas vão catar algum espaço, algum lugar para poder morar, então, isso faz parte de uma política habitacional que não existe. Agora, nós não podemos pensar somente nessa questão para tirar as pessoas, foi falado aqui que foram colocadas em casas com dois quartos em um local que eles prepararam que tem saneamento básico, que tem escolas. Eu acho que essa comissão também deveria fazer uma visita a esse local, essa é uma sugestão também. A segunda questão que eu quero abordar já foi trazida aqui, não pode simplesmente discutir um, processo desse sem chamar todas as autoridades responsáveis pois nós estamos mexendo em áreas que são áreas garantidas para manter os nossos elementos, garantir o meio ambiente é fundamental.

Então, Deputada Dani Monteiro nós escutamos aqui atentamente a sociedade, como é que essas pessoas foram tiradas de lá, estamos discutindo meio ambiente, que ali é uma área que inunda, quem acompanha sabe que quantas vezes Duque de Caxias e a Baixada Fluminense já ficaram debaixo d'água com as grandes chuvas de janeiro. É importante esse debate, é importante áquea gente se coloque nesse papel de defender o meio ambiente, defender os espaços culturais, por isso estão de parabéns por organizar esse debate e espero que a gente consiga chegar a um consenso, alguma coisa que traga não só responsabilidade social, mas também responsabilidade ambiental, é necessário que não saia desordenadamente ocupando espaços ambientais para fazer uma central de abastecimento. É importante? É importante, no entanto, é necessário ouvir a todos, é necessário que as pessoas que estão sendo tiradas de lá não estejam sendo tiradas a toque de caixa, a população já sofre demais, a população sofre demais. A gente tem que ver esse local que estão colocando e a gente tem que ver qual é a proposta completa porque aqui tem divergência e onde tem divergência é necessário que a Alerj, que os Deputados, que a sociedade organizada se debruce, boite uma lente de contato, uma lupa para entender o que está acontecendo ali. Até porque esse debate da central de abastecimento, se a gente se recordar, no início do ano estava sendo discutido o fechamento da central de abastecimento de Irajá, para poder fechar lá e abrir a de Duque de Caxias; e teve uma correria do Deputado Val Ceasa, do Deputado Dionísio Lins, que manteve a central de abastecimento de Irajá.

Então, tem uma coisa por trás disso tudo que é importante também a gente colocar uma lupa de aumento, entender o que está acontecendo, entender esse processo todo e sempre colocando nosso mandato, mandato da Deputada Enfermeira Rejane, para estar junto nessa luta e fortalecendo esse processo. E, via de regra, Deputada Dani Monteiro, sempre ao lado da população que são sempre os mais carentes, são sempre os menores nessa disputa entre o povo e aqueles que têm a ganância do comércio, aqueles que têm a ganância do dinheiro.

Então, é isso, estamos aí, estamos juntos, Deputada Dani Monteiro. Parabéns a você e ao Deputado Waldeck Carneiro por essa iniciativa.

A SRA. PRESIDENTE (Dani Monteiro) - Obrigada, Deputada Enfermeira Rejane.

Chamo agora para fazer o uso da palavra o Professor Adacto Otoni, da Uerj, do Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental, e já aviso que a seguir dará o uso da palavra o Deputado Eliomar Coelho.

O SR. ADACTO OTONI - Obrigado, Deputada Dani Monteiro. Eu preparei uma apresentaçãozinha de 4 ou 5 minutos. Antes de fazer a apresentação, eu gostaria apenas de esclarecer 4 pontos que foram colocados aqui pelos palestrantes anteriores.

Primeiro, um erro não justifica o outro, então, justificar o problema da ocupação irregular, que não deve acontecer e é uma medida muito importante recuperar as ocupações com pessoas carentes, dar melhores condições, isso é ótimo. Agora, justificar essa ocupação irregular para construir uma obra em um lugar inadequado não justifica, não é justificativa botar a obra desse centro de abastecimento ali para combater ocupação irregular, você tem que não deixar ter ocupação irregular, não sei se você concorda, um erro não justifica o outro.

Segundo ponto, foi perguntado aqui, vai piorar as inundações em outras regiões, quais seriam outras regiões? Eu já respondo agora, as inundações vão aumentar a montante, então, não só essa região que foi mostrada que já sofre inundações naturalmente, vai aumentar como a amplitude da inundações, a metade mais para cima vai aumentar porque o rio vai subir mais, eu já estou respondendo o que vai acontecer, certamente.

Quando o representante do Inbra diz "nós precisamos ter o uso da área", gente, uso da área não significa fazer obra, gente. A área do Campo do Bomba presta um serviço fundamental de amortecimento de inundações, esse deve ser o uso da área, a área do Campo do Bomba presta serviços fundamentais de biodiversidade daquele sistema, que é lindo, e isso tem um valor econômico enorme.

Então, para responder ao Inbra o uso da área não é construir coisa, então, nós temos que usar, o uso daquela área é transformar em um área de preservação permanente que tem si, como disse o Ministério Público Federal, tem que ser cercado para evitar ocupação irregular e preservada e também os moradores me pediram: professor, o senhor pode fazer um relatório para a gente entregar ao ministério público, entregar a Alerj? Eu falei: farei com o maior prazer. Em cima de que estudo? Eu tenho que analisar.

Gente, não tem estudo ambiental. Você está pensando em fazer um empreendimento em uma área de risco e não tem estudo ambiental, parece uma brincadeira, não deveria ter nem ter começado. Para você ter empreendimento junto a prefeitura tinha que vir junto com o estudo ambiental demonstrando que é viável, aí a gente começa a conversar e foi isso o que eu falei, eu não posso fazer relatório para o Ministério Público e nem para a Alerj porque eu nem tenho estudo para avaliar, o fundamental nem foi feito, então, muito pior é botar a Secretaria de Meio Ambiente para licenciar essa obra, como é que o Inea diz que essa obra é de impacto local, gente? Essa obra vai afetar o regime dos rios, Sarapuí e Iguçu, é rio, é o Inea que tem que licenciar, não é a prefeitura, não é a Secretaria de Meio Ambiente que nem tem pessoal, a Secretaria de Meio Ambiente de Nova Iguaçu quem precisa ter Engenheiro Civil que conheça da área de recursos hídricos, o Inea tem expertise para isso porque o Inea é um órgão que trabalha na área de rio, como é que vai colocar a Secretaria de Meio Ambiente para licenciar - e licenciar a própria prefeitura, a prefeitura vai licenciar ela mesma?

Então, dá para a gente ver que o processo está todo, os indícios mostram que está todo irregular, está todo ilegal. E eu gostaria de aproveitar aqui para que isso fosse colocado quando o Juiz chega e coloca a necessidade de se ter um estudo técnico para debater, então, ter um estudo técnico, tem que ter um estudo ambiental. Como é que o Juiz não deflagrou que enquanto não tiver estudo ambiental está parado tudo? É isso que nós temos que pedir.

Eu vou abrir a minha apresentação para exatamente colocar os pontos no programa ambiental em relação a esse empreendimento e propor soluções. Eu quero propor uma solução alternativa para esse empreendimento nessa Audiência Pública que até hoje não foi falado e eu quero aproveitar essa oportunidade para falar.

Primeiro ponto, deixa eu só verificar se vocês estão enxergando tela cheia, posso começar?

Então, vamos lá.

Então, eu quero falar sobre as inundações exatamente nessa área no Campo do Bomba e no seu entorno e, obviamente, focando na obra da central de abastecimento, está certo?

Então, primeiro aspecto, estudo ambiental não existe. Não tem estudo ambiental. Agora a prefeitura disse que está estudando, ela primeiro vai dar o empreendimento para depois do estudo ambiental.

Outro aspecto, licenciamento ambiental, na realidade, tem que ser feito pelo Inea, no meu entender, então, colocando isso para vocês esse primeiro ponto. Sem estudo ambiental não tem mais conversa, eu acho que não tem que se estudar esse empreendimento enquanto não for apresentado o estudo ambiental que já deveria ter sido feito há muito tempo e pelo que me consta não foi apresentado de acordo com os moradores. Só para vocês terem uma ideia da gravidade do problema, aqui vocês têm uma bacia hidrográfica em uma área de baixada, como é o caso aqui, você tem a ocupação da população e você tem enchentes naturais, como foi mostrado aqui pela moradora; e nessa área baixa onde está exutório dos rios, o Rio Sarapuí e o Iguçu você tem inundações aqui.

Então, normalmente o que você tem? Você vai ter problema de enchentes aqui, à medida que o tempo passa você vai, certamente, ampliando essa inundações.

Então, o que nós vamos ter é exatamente isso, em um primeiro estágio você tem inundações na parte baixa, onde está o ponto A, que é exutório, que é o caso do Rio Sarapuí, Rio Iguçu, nessa parte baixa onde está o Campo do Bomba, tem inundações aqui, é normal. À medida que o tempo passa, a ocupação vai aumentando,

vocês estão vendo aqui em cinza? A ocupação do solo é o que está acontecendo na região, aumenta a ocupação, aumenta o desmatamento, aumentam as inundações, começa a ter canalização de rios e vocês notam que a mancha de inundações aqui que seria onde está o Campo do Bomba começa a aumentar, porque a ocupação, o aumento do escoamento superficial aumenta, então, a mesma chuva aumenta a magnitude das inundações.

Então, nessa situação, olha como é que fica o hidrograma de enchentes, começa a aumentar para a mesma chuva, então, não é um problema só secular. Além de ser um problema que já existe naturalmente, ele está sendo ampliado pelo aumento da degradação da bacia; e à medida que o tempo vai passando a situação atual aumenta a impermeabilização do solo, aumenta a reedificação dos canais e a inundações passa a ser maior, olha a onda de enchente como vem.

Então, esse problema está acontecendo naquela região, além de você ter as enchentes naturais do rio hoje em dia o rio está transbordando e indo em uma planície de inundações que ultrapassa a calha do rio de forma natural pelo aumento da degradação. Já existe o problema natural que já existe naquela região de baixada que está sendo implementada, então, o que foi dito, muito bem dito pelo Deputado Luiz Paulo, hoje em dia está sendo muito mais agravado por esse aumento da degradação e a situação fica mais grave ainda.

Aqui vocês veem, por exemplo, problemas nas enchentes no Rio de Janeiro, você vê que tem as galerias de drenagem que vão drenar a água toda da bacia urbana só que quando chega aqui na parte baixa a maré está alta não se consegue drenar e você inunda toda a cidade. Fazendo a comparação a essa galeria de drenagem aqui sendo a calha do Rio Sarapuí, a calha do Rio Iguçu, quando chega a hora de uma enchente, em uma hora de maré alta o rio simplesmente não consegue escoar, ele transborda.

Então, a maré agrava ainda mais tudo isso o que eu estou falando, só para vocês entenderem que isso é um problema muito grave que nós não podemos ver de forma, como foi dito aqui, atabalhoada, desordenada, sem fazer um estudo técnico muito bem feito.

Aqui nós temos bem claramente o Rio Iguçu...

(FALAS PARALELAS)

A SRA. PRESIDENTE (Dani Monteiro) - ...devido ao tempo.

O SR. ADACTO OTONI - Está bom, dois minutinhos, tá, Deputada Dani Monteiro?

Rio Iguçu e Rio Sarapuí, a Prefeitura quer fazer um canal ligando os dois rios como sendo medida mitigatória, e, na realidade, não vai mitigar nada, você vai transferir o problema de um lado para outro, um canal de interligação entre os dois rios tem que ter uma declividade, qual vai ser essa declividade? É daqui para cá ou de lá para cá?

Então, você não tem como escoar, a não ser que vá fazer um canal horizontal, e aí a água vai ficar estagnada, então, esse canal além de não resolver nada pode gerar outros problemas muito mais graves, porque ele vai gerar estagnação de água, essa água vem com esgoto, vai gerar proliferação de vetores, vai gerar odor, vai transbordar esse canal inundando essa região, para vocês entendem que esse estudo que a prefeitura está fazendo eu discordo totalmente. Se a prefeitura quer fazer alguma coisa para mitigar essa obra, ela tinha que estar trabalhando na bacia hidrográfica como um todo.

Aqui vocês estão vendo a bacia do Rio Iguçu, aqui do Sarapuí; o Rio Iguçu, olha a quantidade de erosão que você tem na bacia, você pode, além de controlar a erosão nessa bacia, fazer barragens de cheia para não concentrar vazão aqui embaixo, fazer bacias de retenção para reter a área de parques e não concentrar vazão no rio, fazer lagos artificiais, são bacias de retenção, para melhorar o aspecto turístico e reter área de inundações. Isso é que é mitigar inundações em área baixa, não é transferir vazão.

Para concluir, eu queria então fechar dando a minha proposta, Deputada Dani Monteiro. Ao invés de você botar um canal desviando a água de um rio para outro e implantar esse empreendimento nessa região, a minha proposta é que se faça o seguinte - e eu queria colocar isso como proposição, como estudo de alternativas para viabilizar esse centro de abastecimento. A prefeitura tem deixado bem claro que ela não quer outro lugar, ela quer fazer aqui, na outra Audiência Pública isso ficou bem claro.

Então, a minha sugestão seria o seguinte: primeiro, essa área, que é uma área de amortecimento de inundações, ser preservada. Não se construir aqui a central de abastecimento e, pelo contrário, cercar e valorizar essa região como grande parte de amortecimento. E gerar como alternativa a desapropriação dessa área, que é uma ocupação irregular, onde já houve aterro clandestino, então, é uma área que já está semiconsolidada de forma irregular. Você desapropriar essa área e, ao invés de construir nessa área, que é uma área de amortecimento de enchente, você constrói nessa área aqui, onde o empresário vai economizar no aterro, já tem o aterro pronto, e você amplia um pouco a área para construir habitações de baixa renda, tipo Minha Casa, Minha Vida, para essas pessoas onde você desapropriar terem moradia digna. E essa área você construir um empreendimento com toda a segurança, sem agravar a inundações, trazendo investimentos para a prefeitura, gerando empregos sem gerar dano ambiental, porque ela já está degradada. Você ia aproveitar essa degradação perto da BR-040, e eu vejo, o que vai ter que acontecer? O empresário vai ter que investir um pouquinho mais, minha gente, é isso que precisa. Nós não podemos botar o louco do empresário na frente do meio ambiente, na frente da população! Ele vai ter que investir para construir nessa área, construir habitações para essas ocupações irregulares. E a construção do centro de abastecimento nessa região vai colir as novas ocupações irregulares.

Então, essa é a minha sugestão, e eu me coloco à disposição de todos os órgãos aqui para colaborar com as discussões técnicas da melhor solução.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Dani Monteiro) - Muito obrigada, Professor Adacto. Imagino que seja realmente um desafio falar aqui no tempo que reservamos para cada convidado, mas espero que também entenda que para nós é um desafio ter tantas exposições aqui tão qualificadas e regular o tempo.

O SR. ADACTO OTONI - Com certeza. Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Dani Monteiro) - De nada, Professor. Vamos chamar agora o próximo convidado, o próximo participante para uma saudação, Deputado Eliomar Coelho. Deputado, o senhor dispõe de quatro minutos.

O SR. ELIOMAR COELHO - Nobre Deputada Dani Monteiro, que preside essa Audiência Pública em conjunto com o companheiro Deputado Waldeck Carneiro. Essa Audiência Pública é importantíssima. Eu trabalhei muito tempo em política urbana na cidade do Rio de Janeiro. Tive vários mandatos dedicados a essa questão.

Então, o desenvolvimento urbano não pode ter como fundamentação ou sustentação eficiência econômica única e exclusivamente. Tem a questão social envolvida nisso daí; tem a questão ambiental envolvida nisso daí; tem (não compreendido) sustentabilidades que a gente deva garantir ao trabalhar o desenvolvimento urbano de uma cidade, de um município.

Então, isto daí é fundamental, é essencial. O caso que nós estamos tratando agora trata-se única e exclusivamente de uma operação do setor imobiliário. Isso daí tem que estar muito claro, porque sempre foi assim, sempre foi assim. Esse é que é o grande problema, sempre foi isto daí, desde que se entenda como... Estou querendo aqui baixar um negócio...

(FALHA NA TRANSMISSÃO SONORA)

Desde a história, se nós apanharmos a história dessa baixada, a Marluvia, na sua apresentação, ela falou muito sobre isso. Isso daí foi inicialmente uma aglomeração urbana ocupada, digamos, habitada por indígenas. Depois vieram os escravos, depois vieram as ordens religiosas. Daí começou a tomar corpo os núcleos coloniais. Em função da existência dos rios, que começaram a ser construídos portos e também ferrovias, para facilitar deslocamentos e a movimentação daquilo que era produzido pela área. E, aí, é claro, que começa exatamente toda a história da demarcação territorial. Ela começa a partir daí, as ocupações. São as fazendas que foram retalhadas e